

PROTOCOLO N.º 213/20

OUTORGANTES:

1. MUNICÍPIO DE ÁGUEDA

2. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÁGUEDA

OBJETO:

“Apoio no âmbito da Medida A - construção ou conservação de instalações, da Medida A1 - aquisição de equipamentos e da Medida B - desenvolvimento e funcionamento de projetos e atividades”

JUSTIFICAÇÃO

Considerando:

- o Município de Águeda tem, no desenvolvimento das suas atribuições e competências, apoiado inúmeras iniciativas e atividades de natureza social, cultural, desportiva e recreativa, com manifesto interesse para a população do Concelho;
- as Associações, enquanto polos de desenvolvimento das comunidades residentes em cada uma das localidades que constituem o Concelho de Águeda, ocupam um lugar fundamental e único na dinâmica do movimento associativo, sendo intenção da Câmara Municipal promover o fortalecimento do Associativismo do Concelho e reforçar o empenho das Associações na organização das suas próprias atividades;
- a aposta na formação qualificada, no apoio a novas iniciativas, na dinamização de práticas regulares de desenvolvimento, no apelo à interligação e cooperação associativa, numa visão global e equilibrada do Concelho, são linhas orientadoras da ação da autarquia, no que concerne aos apoios a consignar em relação às Associações;
- o papel da Associação no desenvolvimento de solidariedade social do Concelho;

- o Programa de Apoio às Associações Sociais do concelho de Águeda, atualmente integrado no Código Regulamentar do Município de Águeda – Associativismo de Solidariedade Social (F3) após publicação em Diário da República no dia 07/01/2020 (Aviso n.º 243/2020, DR n.º 4/2020, Série II), define a natureza, objetivos e metodologias do apoio da Câmara Municipal de Águeda às Associações de Solidariedade Social;

- o disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, em que o Município de Águeda deve apoiar ou comparticipar as "*atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)*";

Urge dar cumprimento à deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em reunião de 20 de outubro de 2020, e Assembleia Municipal, em reunião de 30 de outubro de 2020, que aprovou a minuta do presente protocolo.

entre:

PARTES

Município de Águeda, com sede na Praça do Município, contribuinte n.º 501 090 436, aqui legalmente representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Enf.º Jorge Henrique Fernandes de Almeida, na qualidade de **Primeiro Outorgante**;

e a

Santa Casa da Misericórdia de Águeda, contribuinte n.º 500766789, aqui legalmente representada pelo Sr. Presidente da Direção, António José Mota Rodrigues, na qualidade de **Segundo Outorgante**.

é celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULADO**Cláusula Primeira****Objeto**

1. O presente Protocolo tem por objeto a atribuição de apoios financeiros ao desenvolvimento social.
2. Os apoios financeiros, enquadrados na **Medida A - construção ou conservação de instalações**, visam assegurar o apoio necessário à execução de obras diversas nas instalações da instituição, nomeadamente o isolamento do pavimento do miradouro, reestruturação da rede de águas sanitárias, substituição do sistema de iluminação, estabilização do talude de acesso das viaturas de emergência, atualização de elevador hidráulico, renovação do pavimento do parque infantil e instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo.
3. Os apoios financeiros, enquadrados na **Medida A1 - aquisição de equipamentos**, visam assegurar a aquisição de equipamentos (cama articulada, aparelhos de ar condicionado e materiais para instalação de sistema de chamada de enfermeiro em quartos onde ainda não existe) e de uma viatura adaptada para transporte coletivo.
4. Os apoios financeiros, enquadrados na **Medida B - desenvolvimento e financiamento de projetos e atividades**, visam assegurar o apoio à realização do Programa “DivertidaMente” para crianças (inclui aquisição de equipamento lúdico didático) e sessões de estimulação cognitiva para idosos.

Cláusula Segunda**Período de execução**

O prazo de execução do referido na Cláusula Primeira corresponde ao ano de 2020.

Cláusula Terceira**Obrigações do Primeiro Outorgante**

1. O valor total do investimento considerado elegível pela Autarquia para execução do previsto no número 2 da cláusula primeira é de 54.015,14€ (cinquenta e quatro mil quinze euros e catorze cêntimos) suportado da seguinte forma:
 - a) até 16.204,54€ (dezassex mil duzentos e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos) pelo Primeiro Outorgante;
 - b) a restante verba pelo Segundo Outorgante.

2. O valor total do investimento considerado elegível pela Autarquia para execução do previsto no número 3 da cláusula primeira (aquisição de equipamentos) é de 12.446,02€ (doze mil quatrocentos quarenta seis euros e dois centimos) suportado da seguinte forma:

- a) até 3.733,81€ (três mil setecentos trinta três euros e oitenta um centimos) pelo Primeiro Outorgante;
- b) a restante verba pelo Segundo Outorgante.

3. O valor total do investimento considerado elegível pela Autarquia para execução do previsto no número 3 da cláusula primeira (aquisição de viatura adaptada) é de 39.298,50€ (trinta nove mil duzentos noventa oito euros e cinquenta centimos) suportado da seguinte forma:

- a) até 10.000,00€ (dez mil euros) pelo Primeiro Outorgante;
- b) a restante verba pelo Segundo Outorgante.

4. O valor total do investimento considerado elegível pela Autarquia para execução do previsto no número 4 da cláusula primeira é de 618,05€ (seiscentos dezoito euros e cinco centimos) suportado da seguinte forma:

- a) até 185,42€ (cento oitenta cinco euros e quarenta dois centimos) pelo Primeiro Outorgante;
- b) a restante verba pelo Segundo Outorgante.

Cláusula Quarta

Obrigações do Primeiro Outorgante

1. Para a execução do presente Protocolo, o Município de Águeda compromete-se a transferir para a Segunda Outorgante a verba indicada na cláusula antecedente após a assinatura do presente contrato e em conformidade com plano de pagamento anexo, dependendo da disponibilidade de tesouraria e o cumprimento das regras aplicáveis à assunção de compromissos decorrentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.
2. De acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, o apoio a transferir corresponde ao compromisso n.º 3071/2020.
3. O Município de Águeda poderá ainda prestar apoio logístico às iniciativas desenvolvidas pelo Segundo Outorgante (cedência de equipamentos/materiais), se solicitado por escrito com uma

antecedência mínima de 24 horas e após despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador com competências delegadas nos termos do Despacho n.º 49/2017, de 31 de outubro.

Cláusula Quinta

Obrigações do Segundo Outorgante

1. Executar o objeto do presente Protocolo, de forma a atingir os objetos expressos, de acordo com as especificidades descritas na candidatura apresentada;
2. Colaborar, promover e/ou participar ativamente nas atividades organizadas pela autarquia;
3. Divulgar e promover o nome de Águeda nas atividades em que participa, apoia e/ou organiza, sejam elas de âmbito local, regional, nacional e internacional;
4. Publicitar o presente protocolo, fazendo referência ao apoio concedido pelo Município, através da utilização do logótipo da Câmara Municipal, ou equivalente, desde que previamente autorizado pelo Primeiro Outorgante;
5. Cumprir o estabelecido no Código Regulamentar do Município de Águeda – Associativismo de Solidariedade Social (F3);
6. Prestar todas as informações acerca da execução deste Protocolo, bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa até dia 28 de fevereiro de 2021 e/ou sempre que solicitados pela Câmara Municipal de Águeda.

Cláusula Sexta

Controlo e Fiscalização da Execução do Protocolo

O Município de Águeda poderá, a todo o tempo, controlar e fiscalizar a execução do presente Protocolo, devendo o Segundo Outorgante disponibilizar todos os meios necessários para o efeito.

Cláusula Sétima

Revisão ao Protocolo

O presente Protocolo poderá ser objeto de revisão por acordo prévio entre as partes ou ponderoso interesse público.

Cláusula Oitava

Denúncia

Perante o incumprimento reiterado das obrigações de qualquer das partes poderá a outra, fundamentadamente, denunciar o presente Protocolo.

Cláusula Nona

Incumprimento

O incumprimento do presente Protocolo por causas imputáveis a qualquer um dos outorgantes confere ao outro o direito à sua resolução unilateral, bem como o direito ao ressarcimento dos eventuais danos ocasionados com o incumprimento.

Cláusula Décima

Prazo de vigência

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e é válido até 28 de fevereiro de 2021, o prazo limite para entrega dos comprovativos de despesa.
2. O presente Protocolo tem efeitos retroativos reportados a 01 de janeiro de 2020.

Cláusula Décima Primeira

Disposições Finais

Em tudo o que não estiver previsto no presente Protocolo, aplica-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor.

MENÇÕES FINAIS

O presente Protocolo, composto por oito páginas, é feito em duas vias de igual teor, uma para cada um dos outorgantes e vai ser assinado por ambos.

Águeda, aos 9 de novembro de 2020

*Pelo Município de Águeda,
O Presidente da Câmara Municipal,*

(Jorge Henrique Fernandes de Almeida, Enf.º)

*Pela Santa Casa da Misericórdia de Águeda,
O Presidente de Direção,*

(António José Mota Rodrigues)

ANEXO I

PLANO DE PAGAMENTO

Valor referido na alínea a) do n.º 1 da Cláusula Terceira	
% do Valor atribuído	Data/prazo de transferência de verba
Até 100%	No seguimento de pedido de vistoria apresentado pela associação e realização desta por um técnico da Autarquia, devendo a transferência ser efetuada de acordo com o parecer do técnico. Pode ser realizada mais que uma transferência, no seguimento da respetiva vistoria de obra. A comunicação da conclusão da obra deve ser efetuada até 28 de fevereiro de 2021 e a última(s) transferência(s) deve ser efetuada até maio de 2021

Valor referido na alínea a) do n.º 2 da Cláusula Terceira	
% do Valor atribuído	Data/prazo de transferência de verba
41,53% (1.550,61€)	Após assinatura do Protocolo
Até 58,47% (2.183,20€)	Até maio de 2021, mediante a entrega dos comprovativos de despesa que, por sua vez, tem que ser efetuada até 28 de fevereiro de 2021 . Pode ser realizada mais que uma transferência, no seguimento da entrega e análise dos comprovativos de despesa.

Valor referido nas alíneas a) do n.º 3 e n.º 4 da Cláusula Terceira	
% do Valor atribuído	Data/prazo de transferência de verba
Até 100%	Até maio de 2021, mediante a entrega dos comprovativos de despesa que, por sua vez, tem que ser efetuada até 28 de fevereiro de 2021 . Pode ser realizada mais que uma transferência, no seguimento da entrega e análise dos comprovativos de despesa. No caso da viatura, deve ser também entregue cópia do livre e registo fotográfico da viatura com a impressão do logótipo da autarquia